



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA MULHER AO PROJETO DE LEI Nº 1.890/2022**
(Apensados: PL nº 1.005/2023, PL nº 869/2023 e PL nº 3.689/2023)

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para facilitar a concessão de medida protetiva e torná-la irrevogável, se tiver prazo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 41-A. A concessão de medida protetiva de urgência, a que se refere o art. 12-C, inciso II e III, desta lei, indepente da prévia lavratura do boletim de ocorrência.

Art. 41-B. A medida protetiva de urgência vigorará por prazo indeterminado". (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 18 de outubro de 2023.

Deputada **LAURA CARNEIRO**

No exercício da Presidência

